

BRINCANDO DE IR AO PASSADO: ENTREVISTA COM PROF. DR. DURVAL MUNIZ ALBUQUERQUE JÚNIOR

Mauro Dillmann

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Correspondência

Programa de Pós-Graduação em História.

Av. Unisinos, 950 Caixa Postal 275 CEP 93022-000 São Leopoldo/RS

E-mail: maurodillmann@hotmail.com

O professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior é doutor em História Social pela Unicamp, com pós-doutorado pela Universidade de Barcelona. Atualmente atua como professor titular na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e realiza um segundo pós-doutoramento pela Universidade de Coimbra. É também professor colaborador na Universidade Federal de Pernambuco, tendo passado por outras instâncias institucionais importantes na área da História, como a assessoria no CNPq e a presidência nacional da Anpuh. Sua vasta e dinâmica produção historiográfica é não apenas frutífera e inspiradora, mas também amplamente reconhecida. Recentemente foi premiado com o “Prêmio Silvio Romero” do Iphan, Conselho Nacional do Folclore e Cultura Popular e FUNARTE, com seu texto *A feira dos mitos: a fabricação da cultura popular nordestina*. Seus trabalhos, calcados no olhar teórico de Michel de Foucault, transitam em diversos campos historiográficos, entre os quais estão as discussões de gênero, identidade, biografia, festas, literatura, espacialidades e subjetividades. É autor de muitos livros, artigos de coletâneas e artigos em periódicos nacionais e internacionais. Entre suas produções, vale destacar os vários artigos publicados na coleção Estudos Foucaultianos. Ainda ressalta-se que importantes obras do autor receberam várias reedições ou reimpressões nos últimos anos, como: *A Invenção do Nordeste e outras artes* (2011), *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar* (2012) e *História: a arte de inventar o passado* (2007).

[M. D.] *Os seus textos reforçam a dimensão subjetiva do trabalho do historiador que deve se aproximar do seu objeto, o humano, com imaginação, intuição e arte. O senhor defende uma escrita da História com emoção, com alegria, com festa, com prazeres. Fale um pouco dessa concepção de escrita da História ou mesmo de História.*

[D. M. A. J] Se a História é vida, a gente parte do pressuposto que a escrita da História deve buscar abarcar o mais amplamente o que é a vida humana, quer dizer, a História deve estar atravessada por todas as dimensões do humano, por todas as dimensões da vida humana. Durante muito tempo, a historiografia reduziu o humano a algumas de suas dimensões. Ou era o político, ou era o econômico, ou seja, o homem sempre foi reduzido a uma das suas dimensões, e quase sempre ignorou aquilo que é uma dimensão fundamental e que define o próprio humano que é a sensibilidade, que é o sentimento, que é a emoção, que é o afeto. O homem não se define simplesmente pela razão, embora a noção moderna de homem defina o homem pela racionalidade, pela razão, o homem jamais conseguiu ser só razão, jamais conseguiu se limitar à razão. Então, se você pensa que a História é uma das formas de escrita do humano, uma das formas de escrita do que é o homem – a História vai ser vinculada à própria ideia de homem a partir do século XVIII, quando ela passa a ser uma escrita do humano – se ela é uma forma de representar, de escrever o humano, afinal a História trata do passado, mas é do passado humano, o passado que interessa é o passado dos homens. E os homens devem ser tratados, devem ser pensados na sua múltipla dimensão. Então, se a História quer se aproximar efetivamente de uma escrita da vida dos homens, tem que abordar as diferentes dimensões dessa vida humana. E daí que, como eu compreendo que a historiografia, que a escrita da História, se materializa na escrita, ela é um gênero narrativo, e, portanto, ela só existe na escrita, é a escrita que tem que materializar estas outras dimensões do humano. A própria escrita da História, a própria forma de escrever a História, tem que se adequar a novas concepções da historiografia. Quando a História pensava o homem como um ser político fundamentalmente, ela tinha uma determinada forma de escrever, tinha um determinado estilo. Quando ela passou a pensar o homem como um ser fundamentalmente econômico, ela também mudou a sua forma de escrever. À medida que a gente queira pensar um homem que tem sensibilidade, que tem emoção, que possui uma dimensão estética do mundo, que pensa o mundo levando em conta a beleza, ou a alegria, ou o medo, ou o ódio, onde estas diferentes dimensões do humano estão presentes, eu acho que o próprio texto da História tem que também caminhar e se adequar a estas expressões dessas dimensões do humano. E daí por que a História se aproxima da Literatura. Se aproxima da Literatura porque é na Literatura que o mundo moderno arrinconou estas outras formas de ser do humano. Enquanto a historiografia ficava com algumas dimensões, enquanto a Sociologia, a Antropologia davam conta de algumas dimensões, uma série de outras dimensões do humano foi jogada para o campo da Literatura, para o campo da Arte. E aí se a História quer tratar dessas dimensões, ela tem que se aproximar da Literatura, ela tem que se aproximar das Artes; ela tem que aprender

com a Literatura e com as Artes, como tratar dessas questões, mesmo que seja com um olhar próprio, específico do historiador, aprendido com uma tradição disciplinar; não que o historiador olhe para o mundo necessariamente diferente do escritor, mas a formação do historiador implica a aquisição de uma tradição, a aquisição de uma cultura disciplinar que se desenvolveu durante um longo período e que a gente não vai jogar fora completamente. A gente vai crescer, transformar, reler a tradição a partir dessas novas demandas que esses novos objetos e essa nova forma de ver o humano implicam.

[M. D.] *É conhecida sua dedicação aos estudos da contribuição de Michel Foucault para a historiografia e a influência deste pensador nas suas pesquisas. Em síntese, qual o diferencial da escrita da História sob o olhar foucaultiano? A historiografia tem avançado nessa perspectiva de conceber as margens, o fora, o espaço? Que leituras, do campo da História, o senhor recomenda?*

[D. M. A. J] Eu acho que o primeiro grande aprendizado, não só com Foucault, mas com todos os chamados pensadores da diferença ou pós-estruturalistas, é pensar a História contra a tradição historicista, romper com o historicismo, romper com a História pensada como semelhança, pensada como continuidade, pensada como evolução, pensada como desenvolvimento, pensada como acumulação, pensada como tendo um sentido, pensada como tendo um objetivo, uma meta, ou seja, uma História em grande medida presidida pelo pensamento da identidade. Essa tradição traz para o discurso da História outro tipo de preocupação. A ênfase não se dá mais na continuidade, mas se dá na descontinuidade, o que você aprende com Foucault é fundamentalmente interrogar as descontinuidades, é pensar que a História ao contrário de ser um processo contínuo, é um processo descontínuo, é um processo marcado por rupturas. O papel do historiador é justamente entender as rupturas, entender esse momento de secção, porque é justamente a escavação da diferença entre o passado e o presente a tarefa do historiador. O historiador inventa o passado ao separá-lo do presente, porque o historiador produz no presente, nós estamos fincados no presente, nós não estamos no passado, a gente brinca de ir ao passado, a gente faz de conta que vai ao passado, para olhar justamente o presente com estranhamento e separar o presente do passado. O passado é para nós literalmente um pré-texto, um texto prévio, um pretexto para você olhar com distanciamento para o presente e, ao mesmo tempo, construir essa diferença entre passado e presente. Responder a indagação: o que nos faz, no presente, singulares em relação ao que foram as pessoas no passado? E ao mesmo tempo: o que fez eles serem singulares? Então, na verdade, ao invés de você buscar a identidade, você busca a diferença e você busca singularidades. O historiador é fundamentalmente alguém que mapeia as singularidades, as singularidades de um dado tempo. O tempo é uma construção narrativa, o tempo humano é uma construção narrativa, o tempo histórico é uma construção narrativa. E o que é construir narrativamente o tempo? É

construir a sua singularidade, é dizer o que dá particularidade a ele. O que é o século XIX? O século XIX só tem sentido com aquilo que lhe dá particularidade. O que dá singularidade ao século XIX é aquilo que o difere do século XX e que o difere do século XVIII. Essa é a tarefa da História: mapear rupturas, descontinuidades, pensar as diferenças, pensar as singularidades, não pensar as coisas em termos de continuidade, de evolução, pensar que a História não tem um sentido prévio, que a narrativa da História é uma dotação de sentido. Quando a gente escreve História, a gente estabelece uma relação de negociação entre o sentido que aqueles que agiram deram ao seu agir e o sentido que a gente, no presente, dá ao escrever sobre isso. O tempo todo é uma negociação, é um encontro diferencial. A História nasce do encontro diferencial entre passado e presente, do encontro diferencial entre narrativas feitas no passado e a nossa narrativa que vamos fazer no presente ou a narrativa que a gente tem do próprio presente. Nossa tarefa é a descoberta da estranheza do passado e do presente, ao contrário de ser a descoberta da identidade, de ser a descoberta do nosso rosto, sempre o mesmo, em todas as temporalidades. A historiografia deve colocar em causa a ideia do contínuo, a ideia de que algo sempre foi assim, de que não houve mudança. Os autores com que trabalho, além de Foucault, Michel de Certeau, Giles Deleuze, Félix Gattarri, Bachelard, Barthes, são todos autores que tem a ver, que nasceram das discussões que o estruturalismo levantou no Ocidente, e que foram além dessas discussões, por isso são chamados de pós-estruturalistas. E por que o estruturalismo foi importante? Primeiro porque o estruturalismo veio mostrar a centralidade da linguagem na construção do mundo humano. É uma coisa que os historiadores negligenciaram durante muito tempo. Os historiadores usavam a linguagem e faziam de conta que a linguagem era um espelho, era uma coisa que espelhava o mundo, que a linguagem era um mero objeto para você representar o que estava fora dela, quando a linguagem não é só isso. A linguagem é materialidade, a linguagem é acontecimento, a linguagem é em si mesma uma coisa que quando entra em relação com as outras coisas, as transforma, as modifica. A linguagem é transformadora. Quando a gente atira sobre as coisas do passado uma determinada linguagem conceitual, nós estamos modificando essas coisas, nós não estamos trazendo elas tal como elas foram, aquela visão ingênua de que se podia dizer o passado tal como ele foi, ou que uma História científica podia romper com o véu da ideologia e desmascarar a essência, a totalidade da realidade, do real. O estruturalismo, os formalismos todos em Literatura, todo o pensamento filosófico do século XX, os acontecimentos na Linguística, na Psicanálise, vieram proibir que os historiadores pensem ainda dessa forma a relação com a linguagem, a relação com a narrativa. A narrativa molda as coisas, ela constitui aquilo que a gente chama de passado. O passado é uma narrativa, o passado é uma construção narrativa, seja a narrativa especializada dos historiadores, seja a do mais comum dos mortais. Qualquer pessoa vai construir o passado narrativamente, claro que o faz normalmente em forma de memória, que é diferente da História, porque são discursos que obedecem a regras distintas. Ou seja, o que eu aprendi com Foucault? Aprendi a pensar que os objetos históricos e os sujeitos históricos emergem num determinado momento, fabri-

cados pela própria História, que não existe nenhum objeto anterior à História, não existe nenhum sujeito prévio ao próprio discurso do historiador que, da mesma forma que o poeta sabe que é ele que constrói, que cria o mundo com a sua poesia, o historiador tem que saber que é ele que constrói seus personagens e que é ele que constrói seus objetos. Os seus objetos não estão dados lá, esperando por ele no arquivo, nem os sujeitos são propriamente aqueles que viveram no passado. Isso é uma inocência. O Caxias que vem para o texto do historiador não é o Caxias em carne e osso que viveu no século XIX, porque esse a gente não tem acesso. A gente tem acesso ao que ele disse, ao que disseram dele, ao que ficou registrado sobre ele, os indícios que ele deixou, e, portanto, o que surge já é uma representação dele, já é uma construção dele. E a gente tem acesso a uma construção e vai fazer uma “construção da construção”, vamos reconstruir uma construção já feita. Mesmo nós, se perguntados, não sabemos direito quem somos, que dirá um personagem que viveu a um século atrás. É para esse tipo de inocência que, em grande medida, Foucault veio chamar atenção, como outros autores que se relacionam com essa corrente de pensamento.

[M. D.] *É nitidamente crescente, nos últimos anos, os interesses, os trabalhos acadêmicos e as discussões sobre Ensino de História. O senhor dialoga bastante também com a área da Educação. A seu ver, quais são hoje os desafios que estão colocados na sociedade brasileira ao professor de História?*

[D. M. A. J] Eu acho que o primeiro grande desafio para o professor de História, antes de mais nada, é interessar os alunos pela História (risos). Há um desinteresse bastante grande, justamente porque a gente tem uma sociedade cada vez mais presidida pela ideia do utilitarismo, quer dizer, você estuda aquilo que é útil. E os alunos são levados a perguntar: Para que serve a História? Em quê ela é útil? E eu acho que muitas vezes falta ao professor clareza sobre para que se ensina a História, sobre a própria utilidade do que ele faz. Muitas vezes, me parece que os nossos colegas acham que a função do professor de História é passar determinados conteúdos, é fazer com que os alunos aprendam determinados conteúdos. Quando, absolutamente, essa não é a tarefa do professor de História. Nós temos que lembrar que nós somos Ciências Humanas. E por que somos Ciências Humanas? Somos Ciências Humanas porque somos formadores de homens, nós somos formadores de subjetividades. Eu acho que a função da História no Currículo, lá no século XIX era formar o cidadão, o patriota, o burguês que amava a pátria, que ia para a guerra. Depois os marxistas pensaram que a função era mudar o mundo, era fazer a revolução, era construir quadros para a revolução. Não é mais isso. Mas é o quê? Continua sendo a produção de subjetividades, continua sendo a produção de gente. Nós produzimos aquilo que há de mais importante no mundo, que são pessoas. Então, eu costumo dizer que nós somos muito mais importantes que todas as outras ciências, porque todas as outras ciências vão ser usadas à

serviço dos e por homens. Ora, nós sabemos que a diferença na forma de uso da energia atômica dependerá do tipo de homem que a vai usar. O conhecimento médico, o conhecimento jurídico, dependerá do tipo de homem que vai usar esses conhecimentos. E, portanto, a formação do que é de mais importante que são os homens é a nossa tarefa, em grande medida negligenciada pela própria falta de compreensão de quem dirige a educação, e eu acho ainda que das próprias pessoas que militam no campo. Então, nós somos professores da disciplina e não sabemos explicar muito bem por que a História está no Currículo, qual é a importância que o nosso trabalho tem, porque nós nos limitamos a achar que a função de se ensinar a História é para os alunos conhecerem o passado. Mas, conhecer o passado para quê? Para quê você conhece o passado? O passado só tem sentido em relação com o presente. Então, uma outra grande tarefa do historiador, na verdade, é usar o passado para produzir um discurso crítico em relação ao presente. É para situar os seus alunos no presente, é para fazer com que eles descolem de uma visão naturalizada do presente, que eles desnaturalizem o presente. Aquilo que eu dizia: o historiador, o professor de História propõe uma brincadeira, que você saia do presente, imaginariamente, que vá para o passado e de lá você olhe para o presente, olhe de forma distanciada, olhe com o olhar que pretensamente uma pessoa daquela época teria. Fazer esse esforço de tentar olhar de fora a nossa condição, nesse encontro diferencial com o passado é a nossa função. Se você tem um aluno negro na sala de aula, ele vai se interessar pelo estudo da escravidão desde que ele saiba que aquilo tem e continua tendo impacto na sua situação de vida contemporânea. O que ele vivencia, o lugar onde mora, os preconceitos que ele sofre, a dificuldade de ascensão social que ele tem, se deve à escravidão. Então, mais importante do que ele aprender quantos milhões de escravos entraram no Brasil, quais eram as nações que vieram pra cá, é entender o que foi a escravidão, que significado ela teve para a sociedade brasileira. E esse significado continua em grande medida presente no mundo contemporâneo. As marcas da escravidão continuam presentes. Nós temos uma elite brasileira que ainda está muito distante de ter desencarnado o “senhor de escravos” que foi num determinado momento. Ainda tem muito de “senhor de escravo” a nossa elite, que tem um enorme incômodo quando qualquer mobilidade social começa a acontecer, quando determinadas camadas sociais começam a frequentar determinados lugares, que seriam pretensamente deles, e que ninguém pode entrar. Agora, “esses mulatos”, “esses negros” andam de avião, frequentam restaurantes nos finais de semana, vão para a piscina do clube, entram na universidade, vão fazer medicina. – Olha, isso não pode, tem alguma coisa errada! Então, eu acho que o historiador, o professor de História é alguém que tem que ser muito bem informado sobre o presente. Mais do que conhecer o passado, ele tem que ser muito bem informado sobre o presente. Ele precisa estar lendo, para que justamente ele faça esse trabalho de mediação entre o presente e o passado, para ele justamente estabelecer o que é a singularidade do nosso tempo. Para entender o nosso tempo a gente tem que saber o quê no nosso tempo é ainda passado, porque o passado não passou completamente. O passado continua habitando o presente. Então o presente é composto de passado, de algo

que é específico seu e de devires que já são futuro, coisas que já prometem o futuro. Então a importância de ser professor de História para mim é formar cidadãos. A função da História no currículo é formar pessoas, é formar valores, é formar sentimentos. Daí porque eu não posso entender uma História que não trate de sentimentos, porque justamente nós lidamos com pessoas na sala de aula que estão cheias de sentimentos, que nós vamos ter de lidar com esses sentimentos. E uma das primeiras coisas que a gente tem que fazer é desnaturalizar os sentimentos. Porque eles vão ficar espantados de saber que o amor nem sempre foi da mesma forma, vão ficar espantados de saber que nem sempre se chorou das mesmas coisas que se chora hoje, que nem sempre foi motivo de riso as coisas de que riem hoje. Vão poder desnaturalizar e relativizar os seus próprios valores, fazendo com que sejam pessoas mais tolerantes, pessoas mais abertas para as diferenças, pessoas mais democráticas. Por quê? Porque não vão tomar o seu presente, a sua realidade, os seus valores como absolutos. Mas vão relativizar tudo, à medida em que vão ver que outras sociedades pensaram aquilo que eles pensam de uma forma diferente, viveram aquilo que eles vivem de uma forma diferente. Há sociedades que amaram diferentemente, fizeram sexo diferentemente, que comeram diferentemente, que dormiram diferentemente, que beberam outras coisas, que se relacionaram com as drogas de outra forma, que tiveram outras formas de religião, que acreditaram em outros deuses. E, portanto, vão relativizar os seus valores, relativizar a sua cultura. E, portanto, formar pessoas mais abertas às diferenças, à tolerância, mais democráticas, porque mais abertas a partilhar as diferenças, a escutar o diferente. O professor de História é fundamentalmente isso: um formador de gente. Eu não consigo entender professor de História que não gosta de aluno! Porque se você não gosta de aluno, você não gosta de gente. Como você vai formar gente se não gosta de gente? Um professor de História que não ouve os alunos, que não gosta de ouvir os alunos, que não gosta de ouvir outra coisa a não ser a matéria, a disciplina, quando a matéria é vida! Eu sempre digo aos meus alunos: o professor de História não precisa de livro didático porque o professor de História tem um livro na sua frente. São seus alunos! É a vida de seus alunos! Você pode partir da vida de seus alunos e você vai chegar à História, você vai chegar ao passado. Você tem ali um pedaço da História demográfica, populacional, econômica, política, étnica, cultural do seu país. Está na sua frente. Ainda mais nesse país cada vez mais diverso e nessa universidade que se abriu à diversidade. Hoje a gente tem alunos de origens cada vez mais diversas. Agora nós temos alunos com deficiência física na sala de aula, alunos com dificuldade de fala, alunos cegos, homossexuais; nós temos negros, nós temos índios, nós temos toda a diversidade da sociedade. Nós temos pessoas que se aposentam, idosas e vêm fazer o curso e conviver com os jovens. Nós temos toda essa diversidade dentro da sala de aula. Nós temos o evangélico, nós temos o católico, nós temos o adepto do candomblé, o ateu, nós temos todo mundo na sala de aula. Então, o livro didático está ali, na nossa frente. Basta você escutar os alunos e trabalhar a partir deles. Trabalhar os conteúdos a partir deles. Aí eles vão ver que o ensino de História tem sentido, que aquela coisa chata tem sentido, tem alguma coisa a ver com eles. Porque ficar decorando o

nome das pirâmides do Egito... Qual a importância que tem isso? Qual a importância em saber quem foram os reis do Egito ou de Roma, numerar todos os Césares... isso não tem a menor importância! Ou mesmo discutir o modo de produção escravista ou o modo de produção feudal... qual a importância que tem isso se você não articular com a experiência concreta da vida das pessoas para quem você está ensinando, que eu considero ser a tarefa do professor.

[M. D.] *A História das sensibilidades está em alta na historiografia brasileira, mas me parece que muitas pesquisas – artigos, dissertações, teses – não definem com clareza o que entendem por “sensibilidade”. Parece-me que falta uma reflexão teórica mais acurada. Para o senhor, o que é “História das sensibilidades”?*

[D. M. A. J] Um campo de pesquisa se define por conceitos, mas se define também pelos tipos de recortes que as pesquisas realizam. As pesquisas no campo da História das Sensibilidades têm se concentrado, a gente pode dizer, em dois grandes campos: por um lado, você tem as pesquisas que pensam o caráter histórico dos próprios sentidos. Os sentidos humanos são produções históricas e culturais, numa ligação clara da História com uma tradição de reflexão da Antropologia sobre os sentidos. Durante muito tempo, a História tinha uma visão naturalizada do olhar. Em grande medida a historiografia é uma narrativa centrada no olhar, é presidida pela ideia de testemunho desde, pelo menos, os antigos. A História surge na Grécia a partir da ideia de testemunho. O historiador era aquele que via o que contava, que viajava, via e contava o que viu. E por isso era uma historiografia do presente, se escrevia sobre o presente, e não sobre o passado. Mesmo quando a História se torna uma narrativa do passado, em grande medida ela se mantém como uma narrativa ótica, uma narrativa pensada através das chamadas evidências, através das fontes, através da documentação, em que pretensamente você conseguiria ver o passado. A própria forma como o historiador se constrói como sujeito no texto evidencia essa centralidade do olhar na narrativa historiográfica. O historiador se construía como sujeito no texto como se ele estivesse vendo aquilo que ele escrevia. Por isso é constante no texto do historiador do século XIX, do começo do século XX, um recurso ao chamado presente histórico, em que o historiador escrevia como se estivesse dentro da cena. O historiador escrevia como se ele estivesse vendo aquilo que ele escrevia. Isso criava uma sensação de verossimilhança e de verdade muito maior, quer dizer, era um recurso estilístico, um recurso narrativo do qual o historiador lançava mão com frequência. O chamado presente histórico. Eu começava a escrever sobre Recife, nos anos 20, por exemplo, e aí eu narrava como se eu estivesse no Recife dos anos 20. Como se eu estivesse vendo a cena. Ora, o que os historiadores estão descobrindo agora é justamente que você pode fazer a narrativa da História a partir de outros sentidos que não apenas o olhar. E isso foi uma das coisas que eu aprendi com ninguém menos que Gilberto Freyre. Gilberto

Freyre é um mestre de escrever a História a partir dos cinco sentidos. Na historiografia gilbertiana não é só o olhar que fala, todos os outros sentidos falam. Ele é uma pessoa que escreve a História com o tato, com o paladar, com a audição, com o olfato. Então, a História dele tem cheiros, a História tem sons, a História tem sensações táteis, a História tem sensações gustativas. Ele escreve a História com os cinco sentidos. Mas por que ele faz isso? Porque ele intui, embora não discuta, que os próprios sentidos são construções na História. Então o primeiro campo de pesquisa na História das Sensibilidades é a própria História da civilização dos sentidos. Aquilo que o Norbert Elias vai fazer. A construção histórica dos sentidos. Por exemplo, o Barthes faz uma distinção entre ouvir e escutar. O ouvir é a dimensão mecânica, biológica, é a repercussão do som no nosso tímpano. A gente ouve. Mas a escuta é a codificação cultural e social que esse som vai ter. Por quê? Porque o ouvido não escuta a não ser uma sensação sonora. A significação disso, a nomeação disso, a conceituação disso é dada pelo aparato cultural, pelo aparato social, pelo aprendizado conceitual, pela linguagem que a gente tem. A gente pode estar escutando um som, se a gente não souber a quê se refere ou de quê é esse som, você fica escutando o som e não escuta propriamente nada. Você tem um incômodo sonoro, mas você não sabe o que é, você não dispõe do conceito, você não dispõe da informação cultural para explicar aquilo, para dizer aquilo, para narrar aquilo, para nomear aquilo. Se você tem uma escuta, então você pode fazer uma história da escuta. E como cada sociedade constrói códigos que organizam e direcionam a escuta. Por que uma sociedade gosta de ópera e outra não? Por que uma sociedade, num determinado momento, gosta de música clássica e outra não? Ou determinados setores, determinadas classes sociais, determinadas gerações, determinado gênero, o gênero masculino ou feminino, gosta de determinado som ou não!? Isso é uma escuta, que é produzida, que é uma produção social, cultural, que é uma produção coletiva, que é a construção de um gosto, de códigos de gosto, de códigos de recepção, de códigos de decodificação, que você aprende socialmente. Esse é um campo muito rico, você estudar a produção da escuta. Há uma História do gosto, uma História do olfato, uma História do cheiros, como foi feita brilhantemente pelo Alain Corbin, que é um pioneiro nesse campo da História das Sensibilidades. *Saberes e Odores* é um livro clássico desse campo, ou o *Território do Vazio*, que é a formação histórica do gosto pela praia, como a praia deixa de ser vista como um lugar sujo, como um lugar perigoso, e passa a ser vista como um lugar aprazível, um lugar de prazer, um lugar de divertimento, como o homem mudou a sua visão sobre o mar. Ou seja, uma História do olhar, uma História da escuta... esse é um campo de pesquisa da História das Sensibilidades. O outro campo seria o da História dos sentimentos, aquilo que geralmente a gente associa à noção de sensibilidade. Porque quando a gente usa a palavra sensibilidade, na língua portuguesa, ela tem essa dupla dimensão. Você tem uma sensibilidade que é dada pelos sentidos, uma sensibilidade do seu corpo, uma sensibilidade física, uma sensibilidade dos seus órgãos do sentido, os seus órgãos sensíveis. E a gente utiliza a palavra sensibilidade para se referir a determinadas emoções, a determinadas reações emocionais, sentimentais. A História das Sensibilidades também seria essa Histó-

ria da produção histórica de determinadas formas de sentir, de determinadas emoções, de determinadas reações. Desde Marcel Mauss se discute que os sentimentos não se dão apenas no plano individual, que isso não é um evento solípcista, fechado no indivíduo, mas que as emoções obedecem a quadros sociais. Marcel Mauss já discute isso: de como os sentimentos se expressam através de códigos. Ou seja, os sentimentos são codificados. E a gente aprende o que são os sentimentos. Os sentimentos não são naturais, não são secreções da alma, não são secreções do coração. O coração só faz bater, coitado! Ele é apenas um músculo. A única coisa que ele faz é o sangue circular. A gente é que joga no pobre do coração muita responsabilidade! A gente sente! Os sentimentos têm impacto no nosso tecido nervoso inteiro. A gente sente os sentimentos em determinados lugares do nosso corpo, porque ele produz reações corporais. Mas não estão localizados em determinado lugar. A angústia muitas vezes causa dor de estômago; a angústia causa desconforto no que popularmente chamamos de “boca do estômago”, mas não é aí que a angústia está (risos). A angústia é uma situação anímica, que envolve evidentemente as emoções, envolve o nosso corpo. O nosso corpo não está fora das emoções. As emoções também são compostas, inclusive, pela secreção, circulação de determinados hormônios, determinados agentes químicos, mas não podemos reduzi-las a isso. Elas não são só não-natureza, como elas também não são só natureza. Elas são as duas coisas. Tanto os sentidos como os sentimentos mobilizam o homem na sua inteireza, mobilizam o homem enquanto corpo e mobilizam o homem enquanto subjetividade. Durante muito tempo os personagens da História não tinham corpo. Os personagens da História só tinham cabeça. Eram todos decapitados! Eles só eram razão, eles só eram lógica, eles só eram pensamento, ou eles só eram ação. Eles não tinham corpo, não tinham corpo com todas as suas doenças, mortes, misérias, feridas, com todas as suas escarificações, suas cicatrizes. Você conseguia contar a História de uma guerra, dizer que morreram milhões de pessoas e não haver referência no texto a uma gota de sangue. A História era limpíssima, era clínica, era *clean*, uma História completamente *clean*! Você chega para o aluno e diz: morreram 35 milhões de pessoas na Segunda Guerra. E o aluno não faz a menor ideia do dramático que é isso, do trágico que é isso, porque isso é só um número, frio. Se ele assistir a um filme e ver uma pessoa morrendo, ele sofre; se ele ler um livro de Literatura que conta o drama de uma família na guerra, ele tem muito mais consciência do que foi a guerra, do que lendo um livro de História que fala da guerra. Porque na verdade a História racionaliza excessivamente as coisas. E ao racionalizar, faz as pessoas aceitarem. A História tem essa função de fazer as pessoas fazerem o luto, aceitar esses grandes dramas, essas grandes tragédias. A História racionalista do século XIX e XX faz as pessoas racionalizarem as grandes tragédias. E por isso os séculos XIX e XX foram de tão grandes tragédias. Porque simplesmente você racionalizava, você explicava. Quando você explicava que a Primeira Guerra foi motivada pelo conflito das nações, pelo Imperialismo, pela crise econômica... estava tudo perdoado, ela foi fruto de causas lógicas e racionais. Então aquelas milhares de pessoas que morreram, não morreram em vão, havia causas em nome das quais morreram. Então, a dimensão trágica da vida... durante

muito tempo, a História não tinha uma dimensão trágica! É muito interessante que a primeira grande Escola moderna da historiografia, além do Historicismo, foi o Romantismo. E o Romantismo tinha uma clara noção trágica da vida, que em determinado momento a História perdeu. Na historiografia tem prevalecido uma dimensão cômica quando não épica da vida. O final feliz ou tudo se racionaliza, tudo se explica, tudo se perdoa. Quando você racionaliza e você explica, você perdoa. E talvez tenha um certo sentido, porque se você não perdoa também você não vai à frente. Talvez se você fica o tempo todo ressentido, você não vai à frente. Mas ao mesmo tempo, você não pode esquecer. A tarefa da História é não permitir esquecer. E essa é a grande discussão que começa na historiografia após os anos 50, 60... é que a História não pode continuar sendo essa máquina de esquecimento, de perdão e de racionalização em relação a tudo. Você conta a História do pós-64, você racionaliza os grandes crimes! Quem vai ser responsável por contar os grandes crimes que foram cometidos? A História tem cada vez mais que assumir essa própria dimensão sensível. Fazer História das Sensibilidades é também assumir essa exigência de que a História se sensibilize, que ela se torne sensível aos dramas humanos, que ela não seja esse discurso da mais absoluta insensibilidade, esse discurso da mais absoluta racionalização, em que você fala da morte de milhares de pessoas como se fosse nada. Como se fosse nada! Hoje a História ambiental emerge mostrando o drama histórico da conquista da América. Não só as mortes dos índios, mas as mortes dos animais. Matou-se milhares de animais, trucidou-se espécies inteiras. E nós ficávamos contando a História do povoamento. O povoamento do Brasil. O povoamento que foi o despovoamento! Matou-se milhares de pessoas, matou-se milhares de animais, se desmatou quilômetros de mata! Isso era o povoamento e a ocupação. A conquista. A colonização. Os conceitos todos precisam ser repensados, porque eles mostram acima de tudo uma enorme falta de sensibilidade! Então a História das Sensibilidades exige inclusive que você escreva a História com uma outra sensibilidade, uma outra forma de se colocar diante do drama humano. A História é dramática, a História é trágica! A História Ocidental, a História Oriental, qualquer História. A História humana é uma tragédia! E a historiografia durante muito tempo foi um discurso apaziguador, foi um discurso pacificador das consciências, e não, acutilador das consciências. A Literatura é que fazia justamente o papel do demônio; o papel satânico, diabólico, estava com a Literatura e com as Artes. Eram elas que ficavam cutucando. Enquanto a Sociologia, a História, a Economia, todas muito comportadas, racionalizando, explicando, pacificando. Você lê um livro de Gilberto Freyre, o fantástico *Casa Grande & Senzala...* nele toda a carnificina que foi a História do Brasil é transformada numa coisa em que você se pacifica, em que você se harmoniza. Parece até uma coisa idílica. Um idílio! As três raças se encontraram... parece que foi uma coisa idílica as três raças se encontrando. Ao mesmo tempo ele diz: mas houve estupro, mas se matou ali... Mas no final, é o grande encontro, aquela coisa idílica, que está em Darcy Ribeiro. Você ao mesmo tempo que fala dos crimes – não deixa de dizer – da matança, da escravidão, etc. mas a visão, no final, é idílica. Não é uma visão trágica. E a nossa História, como todas, está cheia de tragédias, tra-

gédias humanas enormes. Então, o que é a História das Sensibilidades? É fazer uma História dos sentidos e dos sentimentos, e ao mesmo tempo produzir uma História sensível, sensível para o drama humano, que não seja apenas uma máquina de racionalização, de apaziguamento da tragédia que é a História humana.

[M. D.] *O senhor foi presidente da Anpuh nacional entre 2009 e 2011. Pode relatar um pouco como foi essa experiência?*

[D. M. A. J] Ah, eu gostei bastante. Primeiro por mais uma vez ter uma ideia do que é a comunidade, do que é a área no Brasil inteiro, de uma perspectiva diferente da que eu tinha tido anteriormente, porque entre 2007 e 2009 eu tinha sido membro do Comitê da área no CNPq, e a gente tem uma visão da área do ponto de vista acadêmico, da pesquisa, da pós-graduação. Na Anpuh eu circulei pelo Brasil inteiro, fui para vários encontros regionais. Consegui com que a minha gestão fosse muito acompanhada por todas as regionais. Eu fiz com que as reuniões com as regionais efetivamente acontecessem. A média de frequência nas reuniões era em torno de 20, 21 regionais. Nós não tínhamos, na época, regionais em todos os 27 estados. Era uma frequência muito acima da média. As seções regionais do Acre, do Amapá, de Rondônia são recentes. A Anpuh tinha praticamente desaparecido do Norte, ela só existia no Pará. Eu tive uma visão muito interessante da área. E colocado de um outro lugar, que é um lugar político. A Anpuh é uma associação que tem uma dimensão política, tem uma dimensão de representação política. Além, claro, de tentar aglutinar academicamente a comunidade, de colocar questões relacionadas a nossa atuação profissional. É ruim ficar falando, fazendo “missa em corpo presente”. Mas, de uma forma geral, a avaliação da minha gestão foi uma avaliação positiva. Acho que a Anpuh tinha começado desde a gestão do Manoel [Salgado], que me antecedeu, que em grande medida encampou a minha candidatura – lamento muito que ele tenha morrido sem ver a minha gestão – começou uma recuperação de alguns aspectos importantes da Anpuh. A *Revista Brasileira de História* foi recuperada pela Regina Horta na gestão do Manoel, por que a revista tinha perdido muito em qualidade, a revista tinha perdido muito o papel de ser a principal revista da área. Houve uma recuperação da revista, os grandes nomes da historiografia voltaram a escrever na *RBH*, ela voltou a ser uma referência, passou a ser bilíngue. Agora está caminhando para ser publicada também em espanhol. Foi escolhida recentemente pela CAPES para ser financiada como a revista referência da área. Então isso mostra esse trabalho que foi feito. Houve também o renascimento do debate em torno da regulamentação da profissão. No momento em que eu assumi, logo a seguir, o Paulo Paim apresentou o projeto, um novo projeto de regulamentação no Senado. E a gente acompanhou isso, mobilizou a comunidade. A gente deu passos importantes. Terminou que agora, já na gestão do Benito [Schmidt] acaba de ser aprovado no Senado a regulamentação. Então nós fizemos um trabalho nessa direção,

principalmente de discutir isso na comunidade, levamos isso para todas as regionais discutirem e votarem. Por que sempre havia uma dúvida, se em algum momento a Anpuh tinha discutido e tinha votado uma posição oficial quanto à questão da regulamentação. Então a gente fez questão que isso fosse debatido nas regionais. E foi votado na nacional, na Assembleia geral da entidade. Foi tirada oficialmente uma posição majoritariamente favorável à regulamentação. Eu acho que se teve cinco votos contrários, foram muitos. Eu investi na própria memória da entidade. Que é uma coisa assustadora você ter um órgão de historiadores que não tem memória nenhuma. A página da Anpuh não tinha um texto contando a História da Anpuh porque simplesmente não há a História da Anpuh. Quer dizer, não tinha condição de se escrever porque a documentação que existia estava toda desorganizada lá na sede nacional. Outra documentação espalhada por algumas regionais. E a Anpuh conta com algumas regionais que existem praticamente desde o começo da entidade. E essa documentação estava se perdendo completamente. A própria História dos simpósios nacionais nunca tinha sido feita. Então, investi nisso. Entrei em contato com a Ana Maria Camargo, que é uma pessoa que trabalha com essas coisas, uma especialista nisso. Ana Maria apresentou um projeto. E na minha gestão foi feita a digitalização do material de simpósios nacionais e esse projeto continua. Esse material já está disponível na página da própria Anpuh. Dirigi a Anpuh num momento excepcional, que era o momento que a entidade ia comemorar os 50 anos. Então tive que fazer toda uma preparação de uma programação especial para esses 50 anos. A publicação de algumas obras, uma obra específica sobre os 50 anos. E pensar o Simpósio Nacional, que foi excepcional. Por exemplo, a sessão de abertura foi muito longa, mas teve que ser porque você tinha que ter uma série de atividades de comemoração dos 50 anos. Acho que a gente organizou administrativamente a entidade. A Anpuh tinha muitos problemas de organização administrativa. E, claro, eu não fiz isso sozinho. Acho que a gente conseguiu fazer muita coisa porque tivemos uma diretoria muito coesa, uma diretoria de pessoas que assumiam suas tarefas. Hora nenhuma nós nos desentendemos, disputamos espaços. Os egos não eram muito grandiosos. Ninguém queria aparecer mais que o outro. Ninguém queria ser o sucessor. Claro que da diretoria acabou saindo o sucessor, mas está longe de o Benito ter passado a gestão querendo ser o sucessor. Muito pelo contrário. Eu acho que cada um fez a sua parte. A própria *Revista História Hoje*, a gente iniciou o processo de recuperação da revista que tinha sido começado e tinha sido interrompido. E finalmente a *História Hoje* acaba de sair. Um novo número da nova revista, voltada para o ensino de História. Então, a gente redesenhou o perfil da revista, a gente repensou o perfil da revista. E quando foi para essa nova gestão, nós pensamos, eu e o Benito juntos, em trazer uma pessoa que fosse capaz de efetivamente dinamizar a revista, que é a professora Patrícia Sampaio, do Amazonas, que é uma pessoa e pesquisadora com uma capacidade de trabalho incrível. E que acho que está dando frutos, resultados. Foi uma experiência muito boa. Eu andei pelo Brasil inteiro. Não foi fácil, porque eu não fui liberado hora nenhuma, nenhuma hora se quer das minhas atividades pela minha universidade. Tive que exercer

a presidência com todas as minhas atividades porque o meu departamento alegou que não era uma atividade acadêmica. Não era uma atividade acadêmica, não tinha nada a ver com o departamento! E, portanto, tive que dirigir uma entidade com sede em São Paulo morando no Rio Grande do Norte. Foi possível fazer isso, também tenho que reconhecer, por causa da secretaria, por causa do Pablo. Sem o Pablo, que eu nomeie como secretário, muita coisa não teria sido possível. Quando eu cheguei o secretário não era ele, ele era apenas um auxiliar, mas terminou se revelando uma pessoa indispensável para a gestão. Uma pessoa que fazia as coisas, que executava as coisas. E assim... eu acho que gerir tem que ser uma coisa coletivamente pensada. E tem que ter plano. Na verdade, na primeira reunião de diretoria, eu apresentei um plano de gestão. E procurei cumprir esse plano de gestão. Acho que cumpri todo o plano de gestão. Ao final, lá na Assembleia geral, eu apresentei os resultados do plano de gestão que tinha sido aprovado na primeira reunião de diretoria. E a gente tinha conseguido fazer aquilo que a gente pretendeu fazer. Estava lá no plano de gestão. Acho que é importante quando você vai para um determinado lugar desses, ter um planejamento, dividir tarefas, convocar as pessoas para te ajudar. Tenho que dizer também que eu não teria conseguido fazer metade do que foi feito sem o apoio que eu recebi da comunidade de historiadores em geral. Praticamente todas as pessoas da comunidade, a quem eu recorri, não deixaram de dar a sua contribuição. Um ou outro, não conseguiu dar porque não podia dar, naquele momento estava muito ocupado, mas de uma forma geral todo mundo se dispôs a contribuir. E aí eu acho que um traço de personalidade é fundamental quando você vai para um lugar desses: é que você não pode colocar os seus preconceitos e as suas formas de ver acima desse lugar que você ocupa, especial, que é uma representação de todo mundo. Então, a Anpuh tem que ser aberta a todo mundo. Na minha gestão não houve nenhum preconceito, não houve nenhum impedimento a que qualquer pessoa, de qualquer tendência teórica, historiográfica, temática, política fizesse parte. Procurei respeitar as instâncias coletivas de decisão e procurei não decidir sozinho, e isso é um outro fato que leva você a acertar mais do que errar. É quando você decide tudo coletivamente. Decidi tudo com a diretoria. Qualquer decisão passava por uma reunião de diretoria na véspera e uma reunião com as regionais no dia seguinte, em que tudo era discutido, corrigido, aperfeiçoado, pelos presidentes das regionais e pela própria diretoria. Além do que para outras coisas, consultava outras instâncias. Consultava grupos de trabalho, como por exemplo, para indicar pessoas para o Conselho Nacional de Educação consultei o grupo de trabalho sobre ensino de História, que eles votassem, que indicassem pessoas. E eu indiquei as pessoas que eles votaram, sem nenhum veto do ponto de vista pessoal, etc. Eu acho que é isso. Nós conseguimos manter o prêmio teses, realizar o prêmio teses. Remobilizamos o fórum de graduação que não existia na prática, nunca tinha acontecido. O fórum aconteceu. Eu acho que foi uma experiência muito boa. Eu aprendi muito. E acho que a gestão está sendo muito bem sequenciada pela atual diretoria. A Anpuh vem cada vez mais se fortalecendo como entidade. Quando a gente vai para lá a gente vê o peso e a respeitabilidade que a Anpuh tem. A Anpuh é muito respeitada na CA-

PES, no CNPq. É respeitada no governo, é ouvida no governo. E nós fizemos o papel político, nós nos posicionamos diante de todas as coisas que afetavam a nossa comunidade, mandávamos carta, fazíamos nota de protesto... Eu acho que esse é o papel de quem vai para a diretoria. E, acho que uma coisa importante é a própria comunicação com a própria comunidade. Quando eu cheguei na Anpuh, o boletim da Anpuh era uma coisa indescritível. O boletim era uma montanha de e-mails, de links amontoados. Não tinha nenhum formato de boletim. A primeira coisa que eu fiz foi discutir: vamos criar um boletim com cara de boletim, com formato, com seções, uma coisa que se repita periodicamente e que mantenha informada a comunidade, o diálogo, que seja um veículo efetivo de comunicação. A reformulação da página da entidade na internet. A página da Anpuh era horrível. A página da Anpuh era muito feia, completamente desatualizada. Quando entrei na página o último simpósio que tinha sido registrado tinha sido o de Londrina que ocorrera havia oito anos. Já tinha passado o de São Leopoldo, o de Fortaleza, e a página não havia sido atualizada. Eu acho que você tem que ir para um lugar e realmente se dedicar àquilo. Não é simplesmente: você vai para a presidência da Anpuh e fica todo enfatuado, e fica todo satisfeito porque está na presidência da Anpuh. Mas não assume aquilo como uma responsabilidade. Você não pode pensar a presidência da Anpuh como uma sinecura ou como um prêmio honorífico (risos). Eu pensei a Anpuh como um baita de um trabalho que eu tinha que fazer, uma enorme responsabilidade. Passei muitas noites sem dormir. Quando o Manoel me chamou, para dar uma resposta para ele foram pelo menos duas semanas de muitas noites sem dormir, pensando no tamanho da responsabilidade que ia ser. Por que você ir para um lugar desses, você pode construir um nome nacionalmente, mas você pode acabar com seu nome nacionalmente. Você pode destruir uma imagem que você tem. E a gente sabe que, na nossa comunidade, como em tudo, a imagem que você tem é uma coisa muito importante. Você constrói a imagem, e destrói, pelas ações que você faz. Eu sei – claro, não vou citar – mas eu sei de nomes muito famosos na área, que foram para a presidência da Anpuh e saíram muito desgastados, saíram muito “mal na foto” depois que foram para lá. Eu não queria que isso acontecesse comigo. Claro, não simplesmente por mim, mas eu acho que eu tinha que fazer um trabalho. Eu fui escolhido para fazer um trabalho... de representação. Eu gostaria de ter feito mais. Porque o fato de ser presidente, trabalhando, não liberado das funções e morando num lugar que fica distante de grande parte do país, como é Natal, fez com que tivesse que viajar horrores para fazer qualquer coisa, me limitou em determinadas coisas. Se eu morasse no eixo Rio – São Paulo teria minha tarefa mais facilitada. E aí várias vezes tive que recorrer aos meus colegas de diretoria, que foram maravilhosos. A gente fez uma gestão que, não é apenas minha, claro, era uma gestão de todo mundo que estava na diretoria. A gente ficou muito satisfeito com os elogios que ouvimos. E eu acho que foram sinceros (risos).

[M. D.] *O projeto de regulamentação da profissão de historiador foi aprovado no Senado. O possível sucesso do projeto é oportunidade de ampliação do mercado de trabalho do historiador e uma legitimação política do nosso ofício. Gostaria de ouvir sua opinião a respeito.*

[D. M. A. J] Eu acho que a regulamentação da profissão é muito importante para nós, profissionais, mas também para a sociedade brasileira. Primeiro, é uma absoluta contradição que o Estado brasileiro exija que para você ser um historiador você tenha que ter um curso superior, tem que tirar um diploma, e esse mesmo Estado brasileiro não reconheça esse diploma como instituindo uma profissão. Eu acho muito engraçado o discurso, por exemplo, dos deputados, dos senadores, que se colocam contra a regulamentação de profissões, porque isso é uma absoluta contradição. Se você exige, se é preciso que se passe quatro anos nos bancos escolares para se dizer historiador, como agora você vai aceitar que qualquer um que escreva sobre o passado seja historiador, seja dito historiador!? Então acabe com o curso de graduação. Não exija. Se as pessoas acham que historiador é uma condição natural, todo mundo que narra ou que fala sobre o passado é historiador, então que se extinga o curso superior de formação do historiador! Por que assim você vai economizar dinheiro. Se o Estado brasileiro investe durante quatro anos numa pessoa para se tornar historiador e exige que ela faça rigorosas avaliações para chegar a ser historiador, como esse mesmo Estado brasileiro diz que qualquer um pode ocupar essa posição?! Qualquer um que se diga historiador... e no Brasil está cheio de jornalistas que se dizem historiadores. Paulo Henrique Amorim os chama de *historialistas*, porque não são nem historiadores nem jornalistas, segundo ele. Como você explica a necessidade, portanto, de ter um diploma? Um diploma que termina não significando nada, porque a sua profissão não é reconhecida.

[M. D.] *Mas a regulamentação não prevê restrições a outras pessoas, não-historiadores, que desejam escrever sobre o passado, né?*

[D. M. A. J] Claro, você pode ter o reconhecimento daqueles que são de notório saber na área. Ninguém vai negar que um Evaldo Cabral de Melo é um historiador, embora não tenha o diploma. Você tem instituições para reconhecimento de notório saber. Isso existe em todas as áreas. A universidade já reconhece determinadas pessoas como de notório saber. O projeto não vai evitar ou impedir que alguém seja reconhecido como notório saber. É claro que o historiador, a formação do historiador, depende de uma prática. Como em toda profissão, fazendo História é que você se torna historiador. Mas é preciso estar instrumentalizado com conceitos, com aparato conceitual, com metodologias, que você aprende nos bancos escolares, que você aprende na escola. Na verdade, os que são contrários a regulamentações de profissões, o que eles querem é justamente mão de obra barata para o mercado. É a defesa de uma pessoa desqualificada, porque uma pessoa desqualificada e que não tem o reconhecimento

oficial tem baixo poder de barganha. Uma das primeiras coisas que nós, historiadores, vamos ganhar com a regulamentação, é que nós vamos ter maior poder de barganha. Nós vamos poder exigir salários maiores. Por quê? Porque hoje, uma universidade privada ou uma escola privada... se uma pessoa formada em História diz “não”, que não vai exercer a profissão por aquele salário, ele contrata uma pessoa formada em Educação Física, em Artes, em Português, contrata uma pessoa formada em qualquer área, desempregado, para dar aula de História. Até porque, há um censo comum, de que aula de História qualquer um dá. Por que justamente, qual é a concepção que se tem de História? História é simplesmente narrar evento e decorar evento. Justamente porque as pessoas não passaram pela Universidade, não sabem o nível das discussões atuais, do que é o ensino da História e do que é a prática da historiografia, e portanto, acham que ensinar História é simplesmente usar um livro didático, copiar e reproduzir o livro didático; e pedir uma prova cheia de lacunas para o aluno preencher com o texto do livro didático. Então, a regulamentação é fundamental, e é por isso que eu digo que ela é um benefício social porque ela vai bloquear e impedir esse tipo de prática, que os alunos sejam submetidos a ter aula de História com pessoas absolutamente despreparadas, com pessoas que não foram treinadas, que não passaram, inclusive, por uma formação pedagógica para dar aula. Isso é uma coisa fundamental. Além disso, vai permitir a ampliação do nosso mercado de trabalho, e vai, inclusive, justificar a existência dos bacharelados. Os bacharelados estão morrendo à míngua no Brasil. Os bacharelados funcionam, mas têm uma quantidade muito pequena de alunos. Todo mundo termina tendo que fazer licenciatura, porque é a única profissão realmente reconhecida. Então, você tem lá o profissional que se prepara para trabalhar em arquivo, que se prepara para trabalhar em museu, que se prepara para dar assessoria historiográfica no campo do cinema, no campo da televisão... E não tem mercado de trabalho! Por quê? Porque quando não tem um legislação, nenhuma dessas instituições são obrigadas e sequer podem fazer concursos para historiador. Não podem. Você não pode abrir concurso para historiador porque oficialmente a profissão não existe. Você tem o Iphan, você tem os museus históricos, você tem os arquivos. Eles contratam historiadores, se querem. Eles não têm nenhuma obrigatoriedade de fazer essa contratação. E alguns nem podem fazer, porque como a profissão não é regulamentada, a figura da profissão do historiador não existe. Então, você vai fazer um concurso para uma profissão que não existe?! Além disso, o reconhecimento da profissão do historiador é uma questão de equidade, de equidade de direitos. Por quê? Porque o mesmo Estado brasileiro reconhece profissões afins. O que explica que o Estado brasileiro reconheça o sociológico como uma profissão, reconheça o museólogo como uma profissão, reconheça o arquivista como uma profissão, reconheça o arqueólogo como uma profissão, reconheça o geógrafo como uma profissão, e não reconheça o historiador como uma profissão? O que nós temos de diferente dessas outras profissões? Por que nós somos menores do que estas outras profissões? Ou seja, o Estado brasileiro, o Congresso Nacional, não fará mais do que justiça, praticará equidade, ao reconhecer nossa profissão. As profissões não podem ficar ao sabor das ondas ideológicas de cada

momento. Não é porque o neoliberalismo é contra a regulamentação de profissão, que agora, milhares de pessoas no Brasil que se formam em História – que é uma categoria imensa... Nós temos hoje 54 programas de pós-graduação de História no Brasil, e temos milhares de cursos de graduação de História no Brasil – vão ficar à margem de um reconhecimento profissional! Eu não consigo entender esse tipo de argumento, de que a regulamentação é reserva de mercado. Ora, por que esse mesmo tipo de argumento não é utilizado para pensar o caso dos advogados, para pensar o caso dos médicos, para pensar o caso dos dentistas? Por quê? Ah, aí você responderia: mas um médico, que não seja médico, mata! Mas um historiador que não é historiador também faz muito mal! E faz mal na formação das pessoas, faz mal na preparação da cidadania. Talvez, na verdade, muitos que não querem a regulamentação da profissão, são justamente os que sabem que a profissão de historiador é uma profissão que gera pessoas com consciência social, política. O papel da História é justamente problematizar os discursos do senso comum, os discursos do poder, os discursos laudatórios, do qual a História está cheia e da qual a política também está cheia. Então, eu acho que a regulamentação da profissão é uma coisa muito importante. Alguns dos nossos colegas – que são muito poucos, porque, diga-se de passagem, foi feita uma votação na nossa Assembleia geral da Associação Nacional e foi majoritária a posição favorável à regulamentação – têm medo das restrições que a regulamentação possa lhe trazer. Por exemplo, a ideia de que a gente ia ter uma “ordem” como a Ordem dos Advogados do Brasil, que ia ter de fazer uma “prova”. Não tem nada disso! As pessoas não leram, então, o projeto de regulamentação. No projeto simplesmente diz que haverá o registro, ao se formar, do diploma no Ministério do Trabalho e que se receberá uma carteira de profissional de História. Eu dirigi a Anpuh e acho que continua sendo assim na nova gestão. Ninguém pensa em transformar a Anpuh numa OAB. Ninguém pensa que a Anpuh vai se transformar numa entidade que vai fiscalizar a atuação dos professores de História. Ora, nós sabemos que a atuação dos professores de História já é fiscalizada porque os professores são avaliados. Nós somos submetidos à avaliação, já existem instâncias de avaliação. Tanto o Ensino Fundamental, como o Ensino Médio ou Ensino Superior tem mecanismos de avaliação. E nós, enquanto profissionais da universidade, passamos por avaliações permanentes, desde a avaliação que nos leva a entrar, o concurso, até as avaliações periódicas que são feitas para ascensão funcional. Então nós temos já toda uma estrutura de avaliação da nossa profissão, que não vai exigir de jeito nenhum uma prova. A OAB faz uma prova. E depois? Quer dizer, você passa, e a atuação dos juízes? Agora finalmente tem um Conselho Nacional de Justiça que pelo menos fiscaliza a atuação, mas a avaliação que é bom, você não tem avaliação mais, nunca! Nós somos avaliados, permanentemente. Não tem nenhum sentido pensar que vai ter uma instância. As pessoas começam a criar... Quando você quer ser contra um coisa, você começa a criar fantasias, fantasmas, onde absolutamente não tem. O projeto não restringe, ao contrário, amplia a nossa profissão! Por exemplo, o senador Álvaro Dias, que é formado em História, fez uma emenda ao projeto do senador Paulo Paim, muito pertinente porque o projeto inicial dizia os lugares onde a

gente poderia atuar. Ora, isso realmente restringia. E ele fez uma emenda supressiva, tirou isso, e, portanto, a gente pode atuar em qualquer espaço, em qualquer lugar que um historiador seja requerido. Vai se fazer uma minissérie, uma novela de época, a TV pode contratar o historiador para assessorar; ou vai se fazer um filme com conteúdo histórico, se contrata um historiador para fazer a assessoria. Você vai ter cada vez mais agora a presença do ensino à distância, na internet, a produção de programas com conteúdo histórico, coleções que circulam nas revistas, nas bancas, etc. Então a gente vai poder ter esses espaços de atuação. E vai ficar delimitado, quer dizer, vão ficar definidas as nossas atividades. O que, afinal de contas, é ser um historiador e quais são as condições mínimas para você definir o que é o historiador. Não acho de forma nenhuma que o projeto venha trazer prejuízo para a categoria. Essa indefinição jurídica em que a gente vive é que é insustentável, e principalmente prejudica o ensino, porque permite que pessoas que não tem a menor competência na área, venham para a sala de aula, dar aulas de História. Isso é o que não pode ser. Você ter profissionais formados em História desempregados, sendo substituídos por pessoas que aceitam baixíssimos salários porque sabem que não têm formação. Se você sabe que está ocupando um lugar indevido, um lugar que não é seu, você está aberto a receber qualquer tipo de proposta. Enquanto que um profissional que realmente tenha uma formação, e uma formação reconhecida, vai poder ter maior poder de barganha, junto àquelas instituições que o contratarem.

[M. D.] *O próximo Encontro da Anpuh Nacional tem como tema “Conhecimento histórico e diálogo social”. Nos últimos anos tem sido recorrente o discurso da importância do papel social da História. Não apenas a sociedade, mas os próprios historiadores têm se questionado a este respeito, tanto que o tema do encontro é justamente o “diálogo social”. Por que cada vez mais os próprios historiadores se colocam essa questão? A História não é, por si só, uma resposta aos anseios e questionamentos da sociedade contemporânea?*

[D. M. A. J] Eu acho que quem formulou e teve a ideia do tema, tem uma concepção clara de que a História tem que ter uma função social, tem que manter um diálogo social. A inserção social da História, do historiador é uma coisa fundamental. Mas claro, é um tema para debate. E como todo tema de encontro, você vai ter diferentes posições. É um tema totalmente válido para você discutir isso. É claro que em vários momentos, até na sala de aula, nós somos inquiridos sobre a função que tem a História, para quê serve a História, qual a função que ela tem... Numa sociedade extremamente pragmática e utilitarista como é a nossa, um saber como o nosso, vai sempre passar por esse tipo de questionamento, de reflexão. E claro que nós não estamos mais naquele momento em que a História é pensada – e pode ser que tenha um ou outro que assim pense – como um veículo meramente de conscientização e preparação política de quadros para transformar a sociedade, para fazer a revolução. Isso era uma forma de justificar a prática da escrita da História e do ensino de História que eu acho

que é cada vez mais minoritária dentro da nossa comunidade. Da mesma forma, pode ser que tenha um ou outro que ache que a História prepara o homem cívico, prepara o homem para amar a pátria. Mas acho que essa posição é cada vez mais minoritária dentro da nossa profissão. Talvez essa discussão seja fundamental para que ela seja esclarecida para nós mesmos, quer dizer, antes que a gente consiga convencer a sociedade de que a História tem uma função social, serve para alguma coisa, talvez a gente tenha que estar convencido enquanto comunidade, enquanto historiadores. Eu acho que será uma boa oportunidade de ouvir diferentes posições sobre isso. A minha posição, e também por isso, nos textos que escrevi sobre a regulamentação da profissão, eu dizia isso: a História tem a função de formar pessoas com capacidade crítica. Crítica em relação ao presente, em relação ao seu entorno, em relação ao mundo. A História é formadora de subjetividades, é formadora de formas de pensar, de valores. É fundamentalmente para isso que a História, como eu já disse em outra resposta, está no currículo, é para isso que a História existe. A escrita da História implica numa reconstrução permanente do passado. E por que a gente precisa reconstruir o passado? Porque o ser humano é um ser temporal, é um ser que precisa se localizar no tempo. Um dos elementos fundamentais da construção da identidade individual e coletiva dos humanos é o tempo. Nós temos uma relação com o tempo, nós temos que construir a nossa situação no tempo, nós temos que nos situar no tempo. E há vários discursos e formas de se situar no tempo. O discurso da memória, o discurso literário...há várias formas. A História, a historiografia é uma forma de fazer essa nossa situação no tempo, pensar essa nossa dimensão temporal, a nossa relação com a temporalidade. Toda vida humana se relaciona com passado, presente e futuro, se relaciona com essas três dimensões do tempo, esses três conceitos do tempo. E a historiografia, o historiador é alguém que é preparado academicamente para lidar com essas três dimensões, para lidar com a relação entre elas e para construir elas; porque a História é uma forma de construção do tempo, é uma forma de construção do passado para esse passado ter uma incidência sobre o presente. O passado nunca está morto, o passado não é uma coisa que passou. O passado tem uma relação com o presente porque é o presente que o constrói na sua diferenciação. Então a função do professor de História, como eu disse na outra resposta também, é desnaturalizar o presente e o passado, é mostrar o caráter histórico das coisas. Eu não sei por que nós historiadores temos tantas dúvidas sobre a função social da nossa profissão!? Por que a literatura dita histórica faz tanto sucesso? A quantidade de leitores que tem os livros de vulgarização histórica, a quantidade de leitores que tem os livros de memória, a quantidade de leitores dos livros de História escritos por jornalistas ou livros que são dirigidos ao público mais vasto, mostra que as pessoas tem um interesse pelo passado, as pessoas tem um interesse pelo tempo, que as pessoas gostam de ler sobre o passado. A dúvida talvez nasça da preocupação de se pensar qual é o caráter científico, a colaboração científica que a historiografia dá. Mas eu estou muito mais preocupado com a contribuição para a cidadania, a contribuição política, e a contribuição inclusive lúdica, estética que o historiador pode ter. Não sei se o escritor e o poeta se interrogam sobre sua função social. Com certeza se interro-

gam sobre qual a função que tem a poesia, qual a função que tem a Literatura. Talvez eles ainda mais profundamente do que a gente porque sequer estão no campo da ciência. E afinal de contas, estar no campo da ciência, já é alguma garantia, porque socialmente ninguém tem nenhuma dúvida sobre o valor da ciência, sobre a necessidade da ciência. E talvez por isso tenha tanta gente que fica toda arrepiada quando pensa em a História sair do campo da ciência e ir para o campo literário, ou essa aproximação com a Literatura. Fica todo mundo arrepiado porque a gente perderia essa legitimidade social que é dada pela ciência. Mas de uma forma geral, só o fato de a História divertir as pessoas já é uma função social importante. O Paul Veyne diz isso. No *Como se escreve a História*, Paul Veyne diz que a função da História é divertir. Claro, é uma fala provocativa, mas é. O fato de alguém passar algumas horas lendo um livro de História. E a gente encontra pessoas lendo livros. Esses livros de vulgarização histórica a gente encontra no aeroporto, em todo lugar. Se eles estão amontoados lá nas livrarias de aeroporto, por exemplo, é porque as pessoas compram para ler. Essas coleções de bolso da História, esses clássicos da História que foram transformados em coleções de bolso, significa que essa leitura vai além do público acadêmico. Quando a Companhia das Letras elege um livro do Ginzburg e o transforma num livro de bolso, quando elege o livro do Said e o transforma num livro de bolso, significa que essas pessoas estão tendo uma audiência, uma leitura, para além simplesmente do estudante de História, do professor de História ou da academia. Então, o diálogo social, o diálogo do historiador com a sociedade eu acho extremamente importante. E é uma outra faceta, quer dizer, o fato de que nós historiadores temos que estar atentos ao que está se passando a nossa volta. Temos que também ser uma voz que pense o presente a partir do passado. É muito importante. Eu vejo jornalistas fazendo usos brilhantes do passado para interpretar o presente. Recentemente o Mauro Santayana, jornalista do *Jornal do Brasil*, tomou a Revolução Francesa, e a partir da Revolução Francesa pensou o julgamento político do mensalão. A relação que ele fez foi entre julgamento político e julgamento jurídico. A diferença entre um e outro. E usou justamente o julgamento político do rei, na Revolução Francesa, diferente do julgamento jurídico. Possivelmente, se Luís XVI fosse julgado juridicamente ele não teria sido condenado à morte. Ele foi condenado à morte porque foi julgado por um tribunal político, que era o Parlamento. Então, o que ele estava questionando é um tribunal jurídico se transformar num tribunal político. Ou seja, politicamente é o Congresso que tem que julgar, não é o judiciário. Supõe-se que o Judiciário deva fazer uma leitura técnica, jurídica, e não abertamente política, embora nós saibamos que essas divisões e a ideia de que algo não seja político é complicadíssimo. Tudo é político. Mas a ideia é que o Judiciário tem que ser muito mais técnico do que o Parlamento. Ou seja, o Parlamento pode julgar levado pelas emoções. Supõe-se que o Judiciário, não! Deve ser menos passional. Isso é o uso do passado para você refletir sobre o presente. É isso que um historiador faz ou deve fazer. Mauro Santayana faz isso com regularidade, para ler um evento do presente ele recorre a um evento do passado. E tira uma lição desse evento do passado para pensar o próprio presente. E acho que é isso que nós também temos que fazer. Esse é o diálogo

social. Historiadores não falam só do passado, historiadores também têm que falar do presente; tem que ir para a sala de aula e usar do seu conhecimento do passado para ler o presente para seus alunos; tem que ir para imprensa, tem que ir aos meios de comunicação, usar os seus conhecimentos acadêmicos, técnicos, científicos para ter uma leitura diferenciada, ter um olhar diferenciado. A formação do historiador é a formação de um olhar. De um olhar distinto do olhar do jornalista, do olhar do sociólogo, do olhar do antropólogo. É distinto porque nós temos essa perspectiva do tempo, da longa duração. A gente pode olhar para o presente a partir de uma perspectiva de longa duração. Por exemplo: que significado tem a ascensão de Joaquim Barbosa à presidência do Supremo? Nós que sabemos o que foi a trajetória do negro na sociedade brasileira, da escravidão, etc. O fato de ele chegar lá, este evento pode ser lido relacionando-o com todo o passado brasileiro analisando o significado que esse evento tem. Uma mulher agora alçada à condição de oficial da Marinha. Diante da História das mulheres e diante da História dos militares, das forças armadas no Brasil, que sentido tem isso? O historiador é alguém que deve estar atento ao seu presente. E dando a contribuição do seu conhecimento... como toda essa discussão acerca da Comissão da Verdade, da memória dos eventos que aconteceram a partir da ditadura militar de 1964. Veja o desprestígio social e a falta de reconhecimento da nossa profissão: você tem uma Comissão da Verdade que infelizmente não tem nenhum historiador! Uma Comissão que vai lidar fundamentalmente com a construção da memória, que vai rever o passado. Não passou pela cabeça da presidenta da República nomear um historiador para essa Comissão. Quando nós temos tantos colegas, inclusive que são estudiosos do período militar. Pessoas das mais respeitadas na nossa área que lidam com essa questão da memória, que lidam com essa questão da construção da memória. E, no entanto, infelizmente não fomos lembrados. Claro que não era obrigatório que tivesse um historiador na Comissão. É uma Comissão de notáveis! Mas é lamentável. Embora a Anpuh tenha se colocado e tenha recebido uma carta da própria presidência da República dizendo que sempre que necessitasse, recorreria à entidade, eu acho que a gente deveria estar representados nessa Comissão. Isso mostra que talvez a gente esteja participando pouco, que não estejamos tão presentes, enquanto historiadores, na cena social contemporânea.

Entrevista recebida em 19 de outubro de 2012.

Aprovada em 17 de dezembro de 2012